

CAPÍTULO 31

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DA EJA CAMPO: UMA POLÍTICA PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO

Lícia Mendes Mendonça

Formadora de Agrárias e Professora da EJA Campo - Paripiranga/BA e Professora da EJA Campo - Simão Dias/SE. Mestre em Ciências, Engenheira Agrônoma, Bacharel em Direito, Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Educação do Campo; Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Liderança e Coaching
Email: agrolucia@yahoo.com.br

Tatiane Morais Oliveira

Professora, Licenciada em Ciências Biológicas, Pedagoga, Especialista em Educação do campo; Novas Tecnologias Aplicadas a Educação.
E-mail: morais.tatiane@hotmail.com

RESUMO

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, a educação é um direito básico e fundamental de todos os cidadãos e a oferta e garantia desta é um dever do Estado. Historicamente, o processo educacional encontra-se envolvido em diversos exemplos de movimentos sociais que procuram, de forma clara e concisa, desenvolver referências ao tema e tematizar situações de forma coerente. Em busca da garantia plena desse direito, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem despontado como importante política/ferramenta para levar conhecimento a um grupo maior e específico de pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades. O principal objetivo desse presente artigo é analisar a Educação de Jovens e Adultos, com destaque para a EJA Campo, e o seu papel e crescimento como forma de transmissão de conhecimentos a esse grupo específico de indivíduos. Ainda assim, deve-se relacionar ao atual sistema educacional voltado para esse público. É uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa que contribuirá para a sociedade em geral, em que serão utilizados artigos científicos em português, publicados entre 2016 a 2022. A pesquisa forneceu bases para a percepção de que o trabalho desempenhado pela EJA Campo traz grandes benefícios para a escolarização de pessoas adultas, contribuindo também nos movimentos de busca pelo conhecimento neste ambiente que se encontra inserido. A garantia da educação como direito básico a todos os cidadãos

deve fazer com que esta consiga quebrar barreiras e alcançar locais ainda mais amplos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. EJA Campo. Política pública. Escolarização.

As estratégias e tratativas para promover a educação de pessoas jovens/adolescentes e adultos não é algo novo no contexto mundial. Desde o momento em que a Família Real se encontra em território brasileiro, a metodologia jesuítica tem moldado a sociedade do modo que lhes parece mais favorável. No que diz respeito à alfabetização de adultos, há de se destacar as décadas de 50 e 60, quando surge um número amplo de projetos voltados à erradicação ou controle das taxas de analfabetismo. O principal intuito desses movimentos era capacitar o povo para participar ativamente da sociedade e da política.

Apesar do fato de que a elite enxergava a educação de adultos de classes pobres como desnecessária ou prejudicial, o desenvolvimento das indústrias e do processo de urbanização obrigava a especialização do material humano, fazendo com que houvesse maior procura pelas escolas. No entanto, a EJA somente alcança sua importância a partir da década de 90, quando surgem projetos e iniciativas para expandir o nível de escolaridade desses jovens e adultos no Brasil. Com o passar dos anos, portanto, outras políticas públicas foram surgindo e melhorando essa ideia.

Nesse cenário de lutas e movimentos sociais, a Educação do Campo (EJA Campo) surge como mais um projeto/política que busca integrar os jovens e adultos trabalhadores que tiveram a condição negada para garantia do direito à educação. Os avanços dessa política são fundamentais para a aprendizagem. Sendo assim, até que ponto a EJA se torna indispensável à educação desse grupo de indivíduos? De que forma a EJA Campo atua para que a educação seja levada a ambientes maiores? O estudo busca, além de analisar essas indagações, servir como base para novas discussões e promoção de melhorias na formação de profissionais da educação.

De fato, muitas etapas acabaram afastando o processo de ensino-aprendizagem do campo, sobretudo desde o início da industrialização e urbanização dos grandes centros do país. Indivíduos jovens e adultos, de certa forma, tiveram a negação dos seus direitos sociais mais básicos, com ênfase à educação, por motivos que se relacionam à emergência de massas e democratização da sociedade brasileira. A EJA Campo surge, portanto, como uma nova forma de buscar essa promoção educacional a pessoas menos favorecidas e que ainda se interessam em aprender e crescer.

O objetivo central do estudo será analisar a Educação de Jovens e Adultos, com destaque para a EJA Campo, e o seu papel e crescimento como forma de transmissão de conhecimentos a esse grupo específico de indivíduos. Quanto aos objetivos específicos, são: conhecer o contexto

histórico da EJA Campo; perceber a relevância da EJA Campo no processo de ensino-aprendizagem desse público.

Dessa forma, pode-se justificar a importância do tema para os meios social, acadêmico, científico e para o campo educacional. No meio social, deve fazer com que a discussão alcance um número maior de indivíduos jovens e adultos que ainda se encontram fora da escola, mas que demonstram interesse em retornar aos estudos. Em meios acadêmico e científico, promove a EJA Campo como uma política pública de grande importância nacional e reconhecida influência na vida desses indivíduos participantes. Para o campo educacional, traz novas perspectivas ao processo de ensino-aprendizagem, na busca por estratégias de transmissão de conhecimento.

A pesquisa foi realizada entre os meses de março a junho de 2023, por apenas um pesquisador, fazendo uso de fontes dispostas nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de papel qualitativo, na qual foram utilizados artigos científicos no idioma português, publicados entre 2016 a 2022. Foram consideradas, como critério de inclusão, as bibliografias abordando os temas: contexto histórico e evolução da EJA Campo; políticas públicas para educação de pessoas jovens e adultos; processo de ensino-aprendizagem na EJA Campo. A pesquisa possui os procedimentos de Leitura Exploratória de todo o material selecionado, leitura seletiva e aprofundada das partes que realmente interessam, leitura seletiva e aprofundada das partes que interessam.

DESENVOLVIMENTO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é reconhecida como mais uma das Modalidades da Educação Básica, mas que se destina, principalmente, a sujeitos acima dos 15 anos e que, por algum motivo específico, não conseguiram concluir o Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano), ou Ensino Médio (1ª a 3ª Série). A EJA surge principalmente como uma forma de fazer com que esses estudantes possam almejar um futuro melhor, em busca de situações que possam promover melhorias na qualidade de vida dos mesmos e de suas famílias. Além disso, também visa garantir um melhor desenvolvimento escolar na vida de cada indivíduo (OLIVEIRA, 2022).

Mesmo que não exista muito reconhecimento por boa parte da população brasileira e que se imagine que a Educação de Jovens e Adultos seja algo contemporâneo, a história de formação dessa modalidade também é antiga, tal como todo o processo educativo do Brasil. A organização do Ensino de Jovens e Adultos acompanha as etapas de construção do sistema educacional brasileiro que, desde muitos anos, vem sofrendo modificações e atualizações, com vistas a promover melhorias e facilidades no acesso a um maior número de pessoas. O principal objetivo é garantir o direito básico de educação para todos (CARCAIOLI, 2018).

Conforme apresentado em Paiva, Haddad e Soares (2019), o contexto educacional do Brasil começa a partir da chegada dos portugueses, sob organização dos catequistas e professores dos indígenas. Essa relação entre mistura de culturas, manutenção e inovação é o marco do início do processo de ensino-aprendizagem brasileiro. Tempos depois da expulsão dos jesuítas do território nacional, a educação tornou-se inteira responsabilidade do Estado, no entanto, não havia uma preparação para que os professores pudessem lecionar. Somente em 1920, portanto, a educação foi democratizada e utilizada como mecanismo de combate à restrição de uma minoria, que também precisa da garantia dos seus direitos (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019).

Apesar de toda essa influência dos colonizadores portugueses e, nesse caso, dos jesuítas, a formação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil não acompanha o início da construção deste país e de seu modelo educacional. Os ensinamentos propostos pelos padres jesuítas diziam respeito somente à constituição dos indígenas e para catequistas da Igreja Católica, resumindo-se apenas a isso. As etapas de formulação da EJA são ainda mais complexas e passam por momentos significativos, tornando-a resistente e forte (OLIVEIRA, 2022).

Ainda segundo Santos e Amorim (2019), a Educação de Jovens e Adultos foi construída através de algumas incorreções e reformulações de modelos e currículos escolares, além de metodologias de ensino e recursos didáticos utilizados pelos ambientes escolares. Desde o surgimento da EJA, assim como o próprio sistema educacional brasileiro, muitas mudanças ainda acontecem, diferentes momentos e desdobramentos no processo de ensino-aprendizagem do país. Apesar de ser considerada diferente da modalidade de ensino regular, a EJA também forma indivíduos capazes e bons profissionais ao mercado de trabalho (SANTOS; AMORIM, 2019).

No Brasil, os índices de evasão escolar, desde muito tempo antes, sempre foram bastante elevados. Esse tem sido, até então, um dos maiores desafios da educação e dos órgãos de maior instância e competência no país e ainda está muito distante de ser controlado. Esse abandono escolar, relacionado a uma desistência repentina do aluno, relaciona-se principalmente a dificuldades financeiras, pouco interesse da família pelo desempenho escolar, dificuldades de aprendizagem. Muitos alunos se desinteressam pelos estudos para trabalhar e ajudar as famílias no sustento das casas, sobretudo quando o sujeito alcança a maioridade, ou próximo a ela (SILVA, 2017).

Entre as estratégias para controle dessa evasão escolar ou, até mesmo, para fazer com que esses alunos regressem às escolas, a Educação de Jovens e Adultos surge como uma das principais. As aulas da EJA, geralmente, acontecem em momentos opostos aos das modalidades de ensino regular e, normalmente, em horários diferentes do comercial, quando essas pessoas podem estar trabalhando. Facilitar o acesso dos jovens e adultos ao espaço escolar, adequando horários à sua rotina diária, em

conjunto a outras estratégias – incentivar o uso de tecnologias, aulas dinâmicas, mais atenção aos alunos –, são fundamentais para que haja maior interesse desses sujeitos aos estudos, dando-lhes maior segurança (CHAVES, 2021).

Conforme visto em Marca e Sanceverino (2021), o tratamento da Educação de Jovens e Adultos como um sistema de grande representatividade à educação brasileira acontece somente no início de 1940. A defasagem educacional daquela época, recorrente ao governo de Getúlio Vargas, provocou a implantação dessas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. Desde aquele momento, essa nova modalidade de ensino vem sofrendo diversas modificações e atualizações, demonstrando que pode melhorar ainda mais, fazendo com que novas roupagens surjam ao sistema educacional brasileiro (MARCA; SANCEVERINO, 2021).

A demanda por escolaridade para pessoas que não puderam realizá-la no período definido pelas sociedades como o mais adequado apareceu de modo mais permanente a partir dos anos 1950 e 60 no caso brasileiro. Com o forte crescimento econômico daquele período, baseado nos processos de industrialização e urbanização, passou-se a demandar mais mão de obra escolarizada. Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no período pós-Segunda Guerra, passou a promover a importância em ligar programas de alfabetização ao desenvolvimento e à construção da paz. Desses movimentos nasceram as primeiras políticas públicas, ainda tímidas, voltadas a atender a necessidades da economia (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p. 5).

Ao longo dos anos, conforme Marquez e Godoy (2020), muitos outros movimentos surgem para reformulações e melhorias ao modelo de ensino-aprendizagem do Brasil, trazendo novas análises à composição da Educação de Jovens e Adultos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a temática educacional surge como tema de interesse social e de grande influência ao país, indicando que a Educação Básica também deve ser oferecida a partir da EJA. Esse é um importante marco para o sistema educacional brasileiro, facilitando a garantia dos direitos básicos da população jovem e adulta (MARQUEZ; GODOY, 2020).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída como Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) torna-se legalmente instituída no Brasil como uma representação para uma modalidade de ensino, dividindo-se em Fundamental e Médio, seguindo normas próprias para cada situação. Entre os principais objetivos da EJA, está o fato de ser destinada, principalmente, àqueles que, por motivos específicos e de natureza individual, não conseguiram concluir seus estudos na idade própria para a escola. Dessa

forma, passa a atender a uma demanda de diversos sujeitos analfabetos, que fazem parte de uma grande realidade educacional do Brasil (BISPO; FARIA; GARCIA, 2021).

Tendo em vista o fato de que a Educação de Jovens e Adultos, desde a sua formulação, visa facilitar o acesso desses indivíduos ao ambiente escolar, algumas novas políticas públicas e vertentes surgem, buscando levar o ensino a novos ambientes e numa maior distância. Entre elas, a implementação do programa de Educação do Campo (EJACAMPO), para jovens e adultos, marca a criação de outras metodologias de ensino-aprendizagem inovadoras, tornando a escola um espaço que consegue mobilizar e potencializar a cultura do campo (LIMA *et al.*, 2020).

A EJACAMPO, segundo Santos e Sousa (2016), busca realizar aulas com conteúdos previamente elaborados e que contenham situações vividas no cotidiano dessas famílias rurais, levando atividades experimentais às comunidades mais distantes, possibilitando a integração de linguagens e saberes escolares. O principal objetivo da Educação do Campo é facilitar a certificação de Ensino Fundamental/Médio de modo íntegro e em conjunto a uma qualificação social de práticas agrícolas e profissionais desses jovens, adultos e idosos que praticam a agricultura familiar. Isso amplia o universo da aprendizagem, alcançando públicos ainda maiores e mais distantes, que não tem acesso facilitado às instituições (SANTOS; SOUSA, 2016).

A Educação de Campo, segundo Oliveira (2018), “[...] é trazida e entendida neste estudo como um fenômeno da realidade brasileira atual entendida no campo da práxis e considerando o momento e o contexto histórico em que se originou” (p. 23). A essência desse novo modelo de formação educacional para pessoas, ainda na mesma pesquisa, “[...] implica um conjunto articulado de relações (fundamentalmente contraditórias) que a constituem como uma prática educacional e cujo sujeito é a classe trabalhadora do campo” (OLIVEIRA, 2018, p. 23).

A Educação do Campo destina-se, principalmente, a pessoas que possuem grande identificação com o espaço rural, ou populações agrícolas, em que a agricultura é o principal meio de subsistência. A partir do momento em que é inserido um modelo educacional, ou política pública, nesse ambiente, é possível de fornecer informações e conhecimentos básicos, tal como leitura, interpretação textual, escrita, operações básicas da matemática, que esses indivíduos ainda desconhecem. Além de reduzir os altos índices de analfabetismo, é preciso pensar em oferecer novas oportunidades aos camponeses, para que busquem melhorias de vida (PINHEIRO; SILVA, 2021).

Segundo Sanceverino, Ribeiro e Laffin (2020), até meados de 1920, mais da metade da população brasileira era analfabeta e a grande maioria presente nesses dados era representada por trabalhadores do campo, da cidade e mulheres. A elite, naquela época, pouco demonstrava importância ou interesse para com a educação da classe trabalhadora. Mesmo com toda a evolução do sistema educacional, que aconteceu ao longo daquele tempo,

a população rural ainda era esquecida, sobretudo devido aos movimentos de industrialização da zona urbana. Quem vivia no campo era considerado atrasado, conservador ou alienado, não devendo fazer parte desse meio representativo do Brasil (SANCEVERINO; RIBEIRO; LAFFIN, 2020).

Em 1998, dois anos depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), segundo Carcaioli (2018), o Governo Federal cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), “[...] que trazia como um de seus objetivos a educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária, a alfabetização de todos e o direito de continuarem seus estudos em todos os níveis de ensino” (p. 49). Nesse momento, a EJA passa a fazer educação junto aos indivíduos do campo. Da mesma forma, “[...] muitos relatos de experiência dos movimentos sociais demonstram que a EJA é uma demanda concreta ocorrendo de forma efetiva, a partir da organização de luta dentro da comunidade” (CARCAIOLI, 2018, p. 49).

Os jovens e adultos que vivem no ambiente rural, ainda hoje, são vistos como participantes de um sistema excludente do próprio modelo de ensino do Brasil. Esses indivíduos, por algum motivo, não tiveram acesso aos estudos, ou abandonaram, por situações específicas e particulares, não concluindo em tempo próprio. As políticas públicas para educação no campo transformam esse espaço em um local formativo e que também pode preparar e fazer surgir pessoas amplamente capacitadas e preparadas. O surgimento dessas políticas pode fazer com que haja uma diminuição significativa nas desigualdades que ainda persistem, além de disparidades na educação de jovens e adultos do campo (PINHEIRO; SILVA, 2021).

Dentre muitos desafios e expectativas também é importante ressaltar a importância de um currículo reconfigurado para a EJA campo que passe por uma construção de um projeto político pedagógico onde se valorize cada especificidade e saberes de cada discente e docente envolvidos no processo de ensino aprendizagem e claro esta reconfiguração do currículo passando também pela formação continuada dos educadores. [...]. A mesma, deve ser norteada com base numa política pública pautada em continua formação de professores para a atuação da realidade das turmas camponesas de EJA do campo, onde cada profissional irar mediar conhecimentos, para com isso desenvolver o olhar crítico do educando ante ao meio em que vão fazendo com que o mesmo seja protagonista de grandes transformações sociais (GONÇALVES; BEZERRA, 2021, p. 4).

Apesar de ainda estar em construção gradativa, sob a responsabilidade de cada município, a Educação do Campo é uma importante política pública, marcada por uma espécie de dívida histórica e social da população urbana, que excluiu os moradores rurais. Ofertar a

educação para os camponeses, além de lhes garantir um direito básico, também é uma forma de oferecer caminhos para melhoria de vida, apesar de não resolver todos os problemas das famílias que vivem no campo. No entanto, ainda é necessário melhorar bastante, levando o nome da EJACAMPO a outros ambientes, atingindo um público ainda maior (BISPO; FARIA; GARCIA, 2021).

CONCLUSÃO

A partir de todas as análises e discussões previamente realizadas na presente pesquisa, é preciso salientar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para a Educação do Campo, é de fundamental importância para a garantia dos direitos desses cidadãos. O contexto sócio-histórico-cultural do Brasil se mostra bastante seletivo e delimita uma quantidade de pessoas que possuem acesso mais facilitado aos seus direitos. A aproximação educacional do campo é uma marca relevante para o exercício da cidadania, demonstrando que esses sujeitos também são importantes para a sociedade e devem ser tratados como tal.

É preciso destacar, ainda, que o Estado brasileiro não pode reduzir o alcance do sistema educacional do país. Para que a educação seja transmitida com qualidade e haja plenitude na garantia dos direitos de cada cidadão, é preciso que a população tenha suas necessidades assistidas, atendendo a um público cada vez maior. Quando se fala na redução dos índices de analfabetismo do país, não se deve pensar somente em números que coloquem o Brasil em uma posição de prestígio, mas em corrigir os erros cometidos no passado e ampliando o alcance educacional.

Conclui-se, a partir de tudo o que foi exposto e analisado na pesquisa em questão, que os objetivos (geral e específicos) inicialmente traçados, puderam ser alcançados. Ficou claro que a Educação do Campo, através da EJA, consegue promover uma igualdade com relação às oportunidades entre campo e cidade, afirmando que todos precisam e podem ter as mesmas condições. Além de levar o ensino para o campo, a EJA pode diminuir as desigualdades sociais, além das diferenças econômicas e educacionais entre as pessoas, permitindo que um número maior de indivíduos possa lutar por melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

BISPO, S. V. S.; FARIA, E. M. S.; GARCIA, E. E. B. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 32, pp. 305-320, mai./ago. 2021.

CARCAIOLI, Gabriela Furlan. Educação de jovens e adultos no campo: da extensão universitária às políticas públicas. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio UFSC**, Florianópolis, v. 15, n. 28, pp. 45-63, 2018.

CHAVES, Micksilane Teixeira Prado. O docente da educação de jovens e adultos (EJA) do campo: formação profissional x prática docente. **Congresso Internacional e Congresso Nacional de Movimentos Sociais & Educação**, v. 1, n. 1, 2021.

GONÇALVES, Maria Edna; BEZERRA, Maria Aparecida Dantas. Educação de jovens e adultos: na prática educacional da EJA CAMPO. **VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, Maceió/AL, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA112_ID7234_15092021233510.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2023.

LIMA, Lisângela Silva. *et al.* Formação para professores da educação de jovens e adultos do campo: Um estudo realizado no grupo de estudos e pesquisas movimentos sociais, diversidade e educação do campo e cidade (GPEMDECC). **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 6, pp. 37213-37232, jun. 2020.

MARCA, Dayana Debora Kiernieff Pereira; SANCEVERINO, Adriana Regina. Educação de jovens e adultos: formação integral e o mundo do trabalho. **I Simpósio de Pós-graduação do Sul do Brasil**. Evento on-line, 23 a 26 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/16051/10480>>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Ver. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, pp. 25-42, maio/ago. 2020.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação de Jovens e Adultos e sua interface com a Educação do Campo: análise da produção em periódicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e82106, 2022.

OLIVEIRA, Livia Maria de Souza. **A EJA e a educação do campo**: um estudo bibliográfico. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Departamento de Educação do Campo. João Pessoa/PB, 2018.

PAIVA, Jane; HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio José Gomes. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240050, 2019.

PINHEIRO, Márcio Fernando Duarte; SILVA, José Bittencourt da. Educação de jovens e adultos do campo: identidades e resistência em cena. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 45, pp. 258-270, mar./mai. 2021.

SANCEVERINO, Adriana Regina; RIBEIRO, Ivanir; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Estado do conhecimento das pesquisas sobre aprendizagem de pessoas jovens e adultas no campo da EJA. **Revista do Centro de Ciências da Educação – PERSPECTIVA**, Florianópolis, vol. 38, n. 1, pp. 01-24, jan./mar. 2020.

SANTOS, Silvany Silva dos; AMORIM, Antonio. Políticas públicas da EJA: um processo reflexivo sobre o chão da escola. **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC**, Universidade Católica do Salvador – UCSAL, 2019.

SANTOS, Cleibiane Lopes da Silva; SOUSA, Célia Ferreira de. Oficinas pedagógicas: valorizando e estimulando os sujeitos da EJA CAMPO. **Revista Prática Docente – RPD**, Confresa/MT, vol. 1, n. 1, jul./dez. 2016.

SILVA, Josias Pedro da. **Ensino de função afim em turmas de educação de jovens e adultos do campo – EJA – Campo ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Caruaru/PE, 2017.